

Literatura e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África

Recebido em
04/09/2011

Aprovado em
20/10/2011

Eliane Veras Soares¹
elianeveras1@gmail.com

¹Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Resumo Partindo do pressuposto de que é possível apreender, a partir da literatura, a formação de estruturas de sentimento, argumento em torno da presença de dois momentos emblemáticos do entrecruzamento, atentando a seus efeitos nas construções de sentido das identidades nacionais no Brasil e em Moçambique. O primeiro nos remete à luta anticolonial na África, a partir da década de 1940. Nessa fase, observa-se um fluxo da literatura brasileira em direção aos países de colonização portuguesa, no qual navegou a estrutura de sentimento da mestiçagem harmoniosa. O segundo momento nos remete ao fluxo no sentido África-Brasil, em que uma estrutura de sentimento afirmativa, amadurecida no período pós-independência das ex-colônias, passa a influenciar, já no século XXI, uma estrutura de sentimento emergente na sociedade brasileira, a estrutura de sentimento africanizante.

Palavras-chave Estruturas de sentimento; Identidade nacional; Literatura; África; Moçambique; Brasil.

Abstract Starting with the assumption that it is possible to apprehend the formation of structures of feeling from literature, I make a case for the presence of two iconic moments for the interweaving of these with respect to their effects on the building of a sense of national identity in both Brazil and Mozambique. The first moment is the anti-colonial struggle in Africa starting in the 1940's. At this time there was a wave of Brazilian literature towards the countries colonized by the Portuguese, on which sailed a structure of feeling

of harmonious mestizo. The second moment refers to a flow from Africa to Brazil where a structure of affirmative feeling, mature in the post-independence period of the former colonies influences, already in the 21st century, a feeling of sentiment emerging in Brazilian society, which we could call an africanized structure of feeling.

Keywords *Structure of feeling – National identity – Literature – Africa – Mozambique - Brazil.*

“O Brasil – tão cheio de África, tão cheio de nossa língua e da nossa religiosidade – nos entregava essa margem que nos faltava para sermos rio” (Mia Couto – Sonhar em casa)

“Os escritores africanos, para mim, são os melhores sociólogos que temos nesse momento” (Elisio Macamo, Entrevista)

Apresentação do argumento

A literatura moderna, tal como a compreendemos hoje, é resultante do processo de urbanização que acompanhou o advento da modernidade (FREITAG, 2002). Seu surgimento e desenvolvimento, nos diversos contextos nacionais, estão ligados ao florescimento da vida urbana e das instituições secularizadas de produção do conhecimento. Nos países criados a partir de contextos coloniais, o advento da literatura passou direta ou indiretamente pelo caminho da metrópole. Exemplos de processos de colonização diferenciados, que tiveram consequências para a formação da vida cultural das colônias, encontram-se na tipologia criada por Holanda (1995) para caracterizar as colonizações espanholas e portuguesas na América Latina: o ladrilhador e o sementeiro. Enquanto o colonizador espanhol (ladrilhador) transplantou para o continente americano o conjunto de suas instituições, incluindo nelas o traçado urbanístico das cidades e as universidades, o português (sementeiro) deixou as cidades florescerem sem planejamento, proibiu qualquer tipo de atividade intelectual em sua colônia americana – escola, universidade e prensa tipográfica estavam banidas no Brasil colônia (HOLANDA, 1995). Entretanto, quer as elites intelectuais tenham se formado no continente ame-

ricano (como no caso das colônias hispânicas), quer tenham se formado no continente europeu (como no caso brasileiro e dos países africanos de colonização portuguesa), nos dois casos, a despeito da origem colonizada da língua e da literatura (FANON, 2008), ela serviu como instrumento de autoafirmação política e cultural nos processos de emancipação e de construção do estado-nação (ANDERSON, 2008; APPIAH, 1997).

Meu objetivo é discutir, a partir da noção de *estrutura de sentimento*, a elaboração de uma hipótese a respeito dos fluxos de influência cultural recíproca entre o continente africano e a América Latina. O recorte analítico tem como referência a literatura de língua portuguesa produzida nos países africanos e o interesse recente que essa mesma literatura tem despertado no leitor brasileiro.

Postulo aqui que, tanto no Brasil, como nos países africanos que se constituíram a partir da experiência colonial, a literatura ocupou e ocupa um lugar de destaque na expressão das *estruturas de sentimento* formadas mediante a emergência de experiências típicas de certo quadro geracional.

A noção de estruturas de sentimento, tal como elaborada por Raymond Williams, é uma tentativa de apreender processos de emergência de experiências típicas que constituem um certo quadro geracional. Nas palavras do autor, “é uma qualidade particular da experiência social e das relações sociais, historicamente diferente de outras qualidades particulares, que dá o senso de uma geração ou de um período” (WILLIAMS, 1979, p. 134). Dois aspectos merecem ser destacados nessa definição: o primeiro é o reconhecimento de que tais experiências têm um caráter social e não apenas pessoal; o segundo diz respeito ao fato de que são experiências pré-emergentes, elas estão acontecendo, não tomaram forma fixa, não se institucionalizaram, mesmo assim, exercem influência. Trata-se de uma

consciência prática de um tipo presente, uma continuidade viva e inter-relacionada. Estamos então definindo esses elementos como uma estrutura: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão. Não obstante, estamos também definindo uma experiência social que está ainda em processo, com frequência ainda não reconhecida como

social, mas como privada, idiossincrática, e mesmo isoladora, mas que na análise (e raramente de outro modo) tem suas características emergentes, relacionadoras e dominantes, e na verdade suas hierarquias específicas. Essas são, com frequência, mais reconhecíveis numa fase posterior, quando foram (como ocorre muitas vezes) formalizadas, classificadas e em muitos casos incorporadas às instituições e formações (WILLIAMS, 1979, p. 134).

É por essa razão que, do ponto de vista metodológico, “uma ‘estrutura de sentimento’ é uma hipótese cultural, derivada na prática de tentativas de compreender esses elementos e suas ligações, uma geração ou período, e que deve sempre retornar, interativamente, a essa evidência” (WILLIAMS, 1979, p. 134). Essa hipótese, acrescenta Williams, tem relevância especial para a arte e para a literatura.

As estruturas de sentimento podem ser definidas como experiências sociais em solução, distintas de outras formações semânticas sociais que foram precipitadas e existem de forma mais evidente e imediata. Nem toda arte, porém, se relaciona com uma estrutura contemporânea de sentimentos. As formações efetivas da maior parte da arte presente se relacionam com formações sociais já manifestas, dominantes ou residuais, sendo principalmente com as formações emergentes (embora com frequência na forma de modificações ou perturbações nas velhas formas) que a estrutura de sentimento, como solução, se relaciona (WILLIAMS, 1979, p. 134).

O sentimento de pertença a uma dada nação, o conjunto de valores e características cristalizado como típico de um determinado grupo, também pode ser compreendido como uma estrutura de sentimento, ou resultante de uma disputa entre estruturas de sentimento, que tenderá a se institucionalizar. As identidades individuais e coletivas não são fixas e imutáveis. Formam-se e transformam-se a partir de estruturas de sentimentos que, por sua vez, estão profundamente ligadas aos processos sociais. A “fixa-

ção” de uma identidade nacional resulta da preponderância – muitas vezes obtida com o uso da força ou outras formas de violência – de determinadas características e valores em detrimento de outras. Sua permanência no quadro de referência comportamental dependerá das disputas que ocorrerão dentro da própria sociedade em seu permanente processo de transformação no qual se articulam o passado, o presente e o futuro.

Sobre a noção de literaturas africanas

Estamos familiarizados com ideia da “África” como uma invenção do “Ocidente” e com o fato de a história da África ter sido escrita por historiadores não africanos. No limite, podemos pensar no lugar que a África ocupou no processo de formação da ciência moderna, o lugar de objeto do conhecimento. Esse aspecto é emblemático, por exemplo, para o desenvolvimento das teorias, conceitos e categorias da Antropologia, no final do XIX e durante todo o século XX. Do mesmo modo, a África também foi o laboratório a partir do qual a História renovou os seus métodos de investigação, inaugurando um nicho denominado “história oral” para dar conta das “sociedades ágrafas”. Ocorre aqui uma dupla hermenêutica: se é verdade que África foi classificada, nomeada, estereotipada pelo conhecimento científico, também é verdade que ela se impõe como um objeto de reflexão difícil de ser apreendido, e que o próprio questionamento dessas categorias tem se tornado o motor das lentas mudanças reclamadas no campo da produção do conhecimento. Surgem, assim, exigências de refinamento conceitual, metodológico, teórico e epistemológico (APPIAH, 1997; HOUNTONDJI, 2010; MACAMO, 2002, 2009a, 2009B; MBEMBE, 2001; MUTZENBERG & SOARES, 2009; ROSA, 2009).

Em princípio, literaturas africanas deveriam ser compreendidas simplesmente como literatura. Como qualquer literatura, ela é um produto da vida social e, como tal, surge em contextos específicos (sempre vinculados aos processos de modernização e urbanização), transforma-se, diversifica-se, assume novas formas, cria estilos, etc. Em África, como decorrência do processo de colonização, a literatura parece ter assumido uma posição

especial: ela teria ocupado o lugar da antropologia, produzindo etnografias sobre o que seria o continente e os seus habitantes. Esse processo está diretamente ligado à ocupação colonial. E aqui vou me restringir à colonização portuguesa. Poderíamos, grosso modo, transpor para o campo da literatura a classificação do conhecimento sobre África elaborada por Elísio Macamo, a saber: conhecimento tradicional, conhecimento colonial e conhecimento africano (MACAMO, 2002). De modo que, descartando qualquer ideia de cronologia, poderíamos pensar na tradição oral como uma espécie de “literatura tradicional”, presente em todas as culturas, baseada nas narrativas que constituem o repertório de histórias pertencentes ao grupo, comunidade, ou sociedade, e que nós classificamos como “tradições”. A literatura colonial corresponderia a uma produção de textos de natureza etnográfica, biográfica, em grande parte exercida pelos missionários, eles próprios também sistematizadores de línguas nativas, agora domesticadas em gramáticas, dicionários, etc. (COUTO, 2009a; MENDONÇA, 1999); mas também a toda uma literatura produzida sobre a África a partir de um “olhar externo”, também em permanente transformação, como sugere a análise de Francisco Noa sobre a literatura colonial em Moçambique (NOA, 1999). A literatura africana corresponderia àquela produção que visa a dar conta do passado, do presente e do futuro, tomando para si o lugar da enunciação (HAMILTON, 1999; MATUSSE, 1998; NGOENHA, 1998; SANTANA, 2010; SAÚTE, 1998; SOPA, 1998). Trata-se de uma literatura de luta e conflito, uma literatura produtora e problematizadora da identidade, uma literatura que dialoga de modo ambíguo com a “tradição”, a “literatura colonial” e com o seu tempo. Uma literatura tipicamente moderna no sentido de ser aquela que surge da contingência de um conjunto de mudanças e que expõe um sem número de conflitos e contradições (ADESANMI, 2006; AUGEL, 2007; HAMILTON, 1999; MATUSSE, 1998; OKOLO, 2007; TAVARES, 1999).

Para concluir essa digressão de caráter teórico, retorno ao ponto inicial, reafirmando a hipótese de que é possível apreender, a partir da literatura, a formação de uma estrutura de sentimento. E, mais ainda, a *estrutura de sentimento “afirmativa”*, presente em uma certa literatura africana contemporânea, tem impactado o *sentimento de desestruturação* da identidade nacional na sociedade brasileira, em seu entrecruzamento com a emer-

gência de uma *estrutura de sentimento* “africanizante”, que, por sua vez, se relaciona de modo conflituoso e ambíguo com a *estrutura de sentimento da mestiçagem harmoniosa*”. A presença desse *sentimento de desestruturação* é resultante, de um lado, das mudanças que ocorreram dentro da própria sociedade brasileira, em seu processo recente de redemocratização; e, de outro lado, é produto das desestabilizações identitárias provocadas por diversos processos de globalização, entre eles, a transnacionalização das identidades. As identidades contemporâneas não se constituem apenas no plano local, regional, nacional, mas adquirem também um dimensão transnacional, promovendo uma espécie de novo cosmopolitismo.

Ambiguidades na formação da identidade nacional brasileira: pele negra, máscara branca?

A identidade nacional brasileira foi resultado de um longo processo que tem início com os movimentos políticos localizados de independência, mas que só começou a tomar forma na segunda metade do século XIX, com o concurso realizado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, destinado a premiar o melhor plano para a escrita da História do Brasil. O prêmio foi outorgado a Carl von Martius, um bávaro, que apresentou o texto “Como se deve escrever a história do Brasil”, defendendo a ideia do Brasil como uma nação constituída por três raças: o indígena, o africano e o europeu. A persistência da escravidão e a predominância das teorias raciológicas tornavam difícil a elaboração de uma identidade nacional positiva e harmoniosa. A presença majoritária de povos/raças considerados inferiores e a indesejável mestiçagem transformavam o Brasil, na visão da intelectualidade do século XIX, em uma nação condenada ao fracasso, impossibilitada, pela sua composição étnico-racial, de alcançar o estatuto de nação civilizada. Desse pessimismo absoluto, à elaboração de uma visão otimista da mestiçagem, consolidada quase um século depois na clássica obra de Gilberto Freyre (2001), *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933, há um longo percurso. Foi justamente a partir dessa perspectiva otimista, esboçada em Freyre e nos representantes do Movimento Modernista de São Paulo, nos anos 1920 – com a noção de

antropofagia, de Oswald de Andrade, e com o personagem-símbolo Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, de Mário de Andrade – que se instaurou a fábula ou mito das três raças como pilar da construção identitária brasileira (CHAUI, 2000; DA MATA, 1981; ORTIZ, 1994; SCHWARCS, 1993). Pode-se atribuir a esse momento a elaboração de uma *estrutura de sentimento da “mestiçagem harmoniosa”*, que tem como principal ideia de referência a imagem do Brasil como uma democracia racial.

Enquanto essa estrutura de sentimento tomava corpo no Brasil, a maioria dos países africanos vivia seus mais duros momentos de exploração colonial. A representação dos descendentes de africanos, dos descendentes de homens e mulheres que vieram para o Brasil escravizados, não encontrava uma imagem alternativa: a imagem prevalecente é a do subalterno. Sua incorporação positiva à formação da nação se dá a partir do véu do exotismo: os africanos e seus descendentes trouxeram para o Brasil os nossos temperos, a nossa graça, a nossa sensualidade. A respeito da dimensão perversa dessa visão distorcida e parcial, Holanda, com rara perspicácia, alertava nos anos 1940:

O erro de parte considerável dos estudos feitos nos últimos tempos entre nós a respeito da influência do negro parece-me consistir no fato de encararem com demasiada insistência o lado pitoresco, anedótico, folclórico, em outras palavras o aspecto exótico do africanismo (...) [o que] é uma variante apenas mais inteligente do modo tradicional de considerar a questão e que consistia em fazer por esquecê-la ou ignorá-la. No momento em que a influência do negro deixa de ser coisa pouco confessável para se tornar simplesmente coisa interessante, afastamo-lo naturalmente de nós, sem truculência e sem humilhação, mas com uma curiosidade distante e sobranceira (...). Encarado com atenção científica e benévola nos seus batuques e macumbas, nas suas superstições e religiosidade, nos seus costumes civis e domésticos, nos seus “mores”, o negro pode ser ostentado até vaidosamente a estrangeiros. É a maneira de mostrar que também somos diferentes dele, que o encaramos como fenômeno

singular e digno de contemplar-se. Mas considerado em seus verdadeiros, em seus obscuros motivos, não haveria antes um desvio ou uma substituição do verdadeiro problema? Estudando o negro naquilo em que se distingue minuciosamente de nossa civilização branca e bracarana, naquilo em que deixará de influir sobre ela ou influirá somente de maneira indireta ou negativa e em que a faz, por conseguinte, mais segura de si, mais capacitada de sua distinção, não nos recusamos a considerá-lo no que ele é realmente para nós e para a nossa nacionalidade? (HOLANDA, 1978, p. 13)

Entre outras coisas, Sérgio Buarque de Holanda observava, naquele contexto, a persistência da atitude de “fabricar para uso externo e interno um Brasil mais europeu, menos africano”, mesmo quando se difundia a ideia da integração do negro à identidade nacional, seja na versão exótica, seja na versão da mestiçagem, todas elas variantes do mito fundador das três raças. Dizendo de outro modo, a *estrutura de sentimento da mestiçagem harmoniosa* se produz numa perspectiva voltada para o ideal de civilização europeu, dado que “em vez de admitir que o caldeamento de raças (...) pode significar enriquecimento de potencialidades (...) procuramos enganar-nos com a opinião fácil de que o tempo apagará bem cedo e sem deixar vestígios toda a influência africana na formação nacional” (HOLANDA, 1978, p. 13).

A partir dos anos 1950, observa-se, no continente africano, a afirmação de uma literatura autóctone ligada às lutas de libertação e aos projetos político-culturais de construção da nação (APPIAH, 1997; HAMILTON, 1999; MATUSSE, 1998; SANTANA, 2010; SAÚTE, 1998; SOPA, 1998). No Brasil, em concomitância com o processo de afirmação cultural da literatura em África, tem início, no final dos anos 1980, o processo político de redemocratização, no qual aflorou, tardiamente, a luta contra a discriminação e a desigualdade racial, hoje sintetizada nas noções de ações afirmativas, reparação histórica e combate à desigualdade. É nesse contexto que vem se desenvolvendo, na sociedade brasileira, uma *estrutura de sentimento africanizante*.

Nesse processo, a África e a herança africana no Brasil tornaram-se, a partir de 2003, conteúdos obrigatórios do currículo escolar em todos os

níveis de ensino (MOURA, BRAGA & SOARES, 2009). Refletir sobre desigualdade, identidade e cultura no Brasil contemporâneo requer, nessa nova perspectiva política, proceder a um retorno à África, ou melhor dizendo, promover um (re)encontro com o continente africano.

Isso tem colocado em evidência o desafio de tentar superar as versões colonizadas da história e ir ao encontro de outras narrativas. Nesse contexto, a literatura parece ser o caminho mais imediato em que *estruturas de sentimentos* diversas se entrecruzam em diferentes registros históricos, culturais, afetivos. A literatura africana contemporânea abre possibilidades para a elaboração de um novo olhar sobre a diversidade africana em resposta às narrativas oficiais.

Formação do estado-nação, identidade e literatura

As primeiras manifestações de independência nos países africanos colonizados por Portugal surgiram nos meios urbanos intelectualizados (CABAÇO, 2009). A literatura, em especial a poesia, desempenhou um papel de grande relevância, foi ela a primeira arma de combate na luta anticolonial (SAÚTE, 1998). É interessante notar que, enquanto a intelectualidade brasileira tendia a examinar o negro brasileiro com olhos de estranhamento, os intelectuais africanos de língua portuguesa, notadamente os poetas e escritores, tomavam a literatura brasileira como um exemplo a ser seguido. Uma prova material da possibilidade de construção de uma cultura própria, uma língua própria, um modo de ser próprio, diferente do colonizador. O modernismo brasileiro e o romance social dos anos 30 foram fontes de inspiração de toda uma geração de escritores angolanos e moçambicanos (COUTO, 2009b; SANTANA, 2010).

Em Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné Bissau, as lutas pela libertação transcorreram durante os anos 1960 e 1970. Apenas em meados dos anos 1970 houve o reconhecimento das independências das colônias portuguesas. Surgiu, então, um novo contexto político. Novos estados independentes, novas nações, mas que nações? Nações resultantes do processo de colonização? Resultantes das lutas de libertação? O processo de

fixação de sentido de uma identidade nacional estava dramaticamente em curso em meio a duas guerras: no plano internacional, a guerra fria; e, no plano local, a guerra civil, o espaço em que a primeira se materializava. No início dos anos 1990, há toda uma mudança no quadro político internacional e nacional. Desmoronaram as potências socialistas que davam sustentação política e econômica aos regimes pós-independência em Angola, Moçambique e Guiné Bissau; ascenderam as políticas econômicas neoliberais. Economicamente destroçados por anos de guerra, os governos firmaram acordos com organismos financeiros internacionais, comprometendo-se a instaurar o pluripartidarismo e eleições regulares, em direção a um processo de democratização da sociedade e do estado. Desde então, o conjunto dessas mudanças tem acarretado consequências em todos os níveis. O impacto sobre a construção identitária da nação e sobre a literatura tem sido marcante. Pode-se afirmar que os países em questão vivenciaram, nas últimas décadas, uma sobreaceleração dos processos sociais, que podem ser sentidas nas palavras de António Sopa, sobre Moçambique: “um país com apenas 20 anos de existência; [em que] o abandono do projecto social e económico pós-independência e de todo o simbolismo que o sustentava; a emergência no quadro político de outros discursos, em concorrência, levam o cidadão moçambicano a interrogar e a interrogar-se sobre estas questões particulares” (SOPA, 1998, p. 73).

A literatura produzida nesses países tem sido, como não poderia deixar de ser, profundamente marcada por todas essas processos contraditórios e ambivalentes: um “continente” que se constitui, nos últimos 500 anos, a partir da exploração econômica, no contexto da mundialização; territórios que foram arbitrariamente transformados em estados – para mencionar a metáfora de Hebert Ekwe-Ekwe (2001), o cavalo de Tróia que o colonizador legou; etnias destruídas, criadas e recriadas; rivalidades reforçadas; lutas de libertação fundadas na afirmação da negritude como ideologia da autenticidade do ser africano, etc. (APPIAH, 1997). Tanto a colonização, como a luta pela libertação tenderam a atuar como forças de homogeneização dos sentidos sobre a África e os africanos (MBEMBE, 2001). Ao mesmo tempo em que se tentou construir uma visão homogênea, deixou-se fora da definição de africano aquilo não que não era reconhecido como autêntico.

Criaram-se, assim, novas divisões.

A literatura foi atravessada por esse complexo campo de disputas. Ela incorporou, de modo criativo, os processos de aceleração histórica. Processos, vivenciados, em outros contextos, em ciclos de longa duração, assumiram aqui outra temporalidade e outra dinâmica. A emergência de novas estruturas de sentimento, não poderia ser diferente, tem ocorrido de modo turbulento. Onde antes parecia predominar um mesmo tom para diversas vozes, um ideal comum (libertação, afirmação da identidade nacional), eclode uma pluralidade de tons, ritmos, estilos que, aparentemente, rejeitam o ideário comum, não querem ser percebidos como uma “geração”, querem tirar das costas o peso de um passado e constituir-se como escritores de seu tempo.

O fato é que a literatura africana tem obtido cada vez mais reconhecimento para fora. Desde o estouro editorial de “O mundo se despedaça” (*Things fall apart*), de Chinua Achebe, autores africanos têm sido frequentemente premiados. E, novamente, o exótico aparece como a malha a partir da qual se pode pescar o que é ou não africano. Recentemente, uma novíssima geração de escritores tenta se libertar do estigma da autenticidade e da missão da construção da nação. Querem se afirmar como escritores e não como portadores de uma bandeira (Santana, 2010). Estigma perverso, pois, ao mesmo tempo que dele buscam se libertar, é justamente essa marca, a do ser africano, que lhes garante, em parte, a presença no mercado internacional.

Fluxos e entrecruzamentos de estruturas de sentimento

Como forma de arremate do argumento, busco aqui sistematizar dois momentos dos fluxos de influência cultural entre Brasil e os países africanos de colonização/língua oficial portuguesa. Meu objetivo não é estabelecer homologias ou destacar diferenças, mas sugerir o trajeto dos caminhos, das pontes, dos elos que foram construídos nos dois lados do Atlântico Sul, tendo, como chão, a literatura.

O primeiro marco significativo desse fluxo de estruturas de sentimento foi simbolizado no impacto da literatura de Jorge Amado nos escritores

africanos de língua portuguesa. Mia Couto, falando em nome de escritores de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, afirma ter sido Jorge Amado “o escritor que maior influência teve na gênese da literatura dos países africanos que falam português” (COUTO, 2009b, p. 65). Ainda que a presença de poetas brasileiros em território africano remonte ao século XVII, com Gregório de Matos (1636 – 1695), e ao século XVIII, com o degredado Tomás Antonio Gonzaga (1744-1810), a influência a que se refere o escritor moçambicano, dos escritores e poetas brasileiros do século XX, tem, na obra de Jorge Amado, um ponto de inflexão. Ela diz respeito ao surgimento de uma literatura brasileira, uma literatura nacional, com o gosto e o cheiro da terra, dotada de estilo próprio, capaz de deixar “marcas profundas e duradouras” em diferentes gerações de escritores africanos nas décadas de 50, 60 e 70. Ao lado de Jorge Amado, estavam Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Jorge de Lima, Érico Veríssimo, Raquel de Queiroz, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Graciliano Ramos e muitos outros autores que, como Jorge Amado, nas palavras de Mia Couto, “não escrevia[m] livros, escrevia[m] um país (...) era um Brasil todo inteiro que regressava a África” (COUTO, 2009b, p. 68). Essa passagem requer uma pausa para análise. De que regresso Mia Couto fala? Como podemos entender “um Brasil todo inteiro que regressava a África”? Trata-se, aqui, de um processo de identificação? O Brasil que regressa a África é, logicamente, um Brasil que saiu da África? Mas a identificação não para aí, ela tem consequências políticas e culturais prementes, já que, continua Couto, “havia pois uma outra nação que era longínqua mas não nos era exterior. E nós precisávamos desse Brasil como quem carece de um sonho que nunca antes soubéramos ter. (...) Descobríamos essa nação num momento histórico em que nos faltava ser nação” (COUTO, 2009b, p. 68-69). Citando José Craveirinha sobre a importância da literatura brasileira para a constituição de uma literatura de caráter nacional em Moçambique, Mia Couto ressalta: “Numa dada altura, porém, nós nos libertámos com a ajuda dos brasileiros. E toda a nossa literatura passou a ser um reflexo da Literatura Brasileira. Quando chegou o Jorge Amado, nós tínhamos chegado a nossa própria casa” (como citado em Couto, 2009b, p. 71).

A liberdade de que fala o poeta é a liberdade de pensar a si mesmo, não

como um mero reflexo do outro, mas como uma expressão própria. A literatura brasileira surgia ali como um exemplo positivo, distanciado em relação ao cânone português, aberto à presença da África no Brasil. Cabe indagar que África (ou será Brasil?) está presente na literatura brasileira, mais especificamente em Jorge Amado. Qual o lugar da mestiçagem nessa literatura? Quais as características dos personagens que exalavam tanta familiaridade? Uma hipótese para responder tais questões está na presença da *estrutura de sentimento da mestiçagem harmoniosa*, que dominou o imaginário nacional brasileiro a partir de 1930. Não deixa de ser significativo o entusiasmo de Mia Couto com os personagens dos romances de Jorge Amado.

As suas personagens eram vizinhas não de um lugar, mas de nossa própria vida. Gente pobre, gente com os nossos nomes, gente com as nossas raças passeavam pelas páginas do autor brasileiro. Ali estavam os nossos malandros, ali estavam os terreiros onde falamos com os deuses, ali estava o cheiro da nossa comida, ali estava a sensualidade e o perfume das nossas mulheres. (COUTO, 2009b, p. 68)

Em todo caso, o que importa destacar é que essa *estrutura de sentimento da mestiçagem harmoniosa* significou para nós a possibilidade de uma identidade nacional unificadora, homogeneizadora e silenciadora das diferenças, ela criou uma imagem do Brasil e dos brasileiros que contribuiu, entre outras coisas, à manutenção do *status quo* e à atualização dos *mores* característicos do período escravocrata, no período pós-Abolição (BASTIDE & FERNANDES, 2008; FERNANDES, 2007, 2008; SOARES, BRAGA & COSTA, 2004).

Entretanto, obras literárias típicas dessa estrutura de sentimento desempenharam um papel libertador, no contexto da luta anticolonial naqueles países. O que torna isso possível? A meu ver, dois aspectos indissociáveis devem ser considerados para ser responder esta pergunta: a natureza aberta da obra de arte que possibilita diferentes leituras em diferentes contextos e o fato de que nossas leituras estão sempre condicionadas pelo nosso próprio horizonte cultural, isto é, pelas estruturas de sentimento que integram um determinado tempo, espaço, sociedade.

Hoje, vivemos o segundo momento desse fluxo de estruturas de sentimento. O influxo de influências, ainda que recíproco, tenderia a ter a direção África-Brasil. O grande impacto cultural, nos dias atuais, é o da literatura africana sobre o modo dos brasileiros se conceberem e apreenderem o que eles têm de africano. De modo que a *estrutura de sentimento afirmativa*, que caracteriza a literatura africana contemporânea, produz seus impactos no *sentimento de desestruturação* da identidade nacional do brasileiro e na emergência de uma *estrutura de sentimento africanizante*.

Referências bibliográficas

Adesanmi, P. (2006). Third generation african literatures and contemporary theorising. In Zeleza, P. T. (Ed), *The Study of Africa. Disciplinary and Interdisciplinary Encounters* (pp. 101-116). Vol 1, Dakar: Codesria.

Augel, M. (2007). *O desafio do escombros: Nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond.

Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas* (D. Bottman, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1983).

Appiah, K. A. (1997). *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Contraponto. (Obra original publicada em 1992).

Bastide, R. & Fernandes, F. (2008). *Branços e negros em São Paulo: Ensaio Sociológico sobre Aspectos da Formação, Manifestações Atuais e Efeitos do Preconceito de Cor na Sociedade Paulistana* (4a. ed.). São Paulo: Global.

Cabaço, J. L. (2009). *Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação*. São Paulo: UNESP.

Chauí, M. (2000). *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Couto, M. (2009a). A última antena do último insecto – vida e obra de Henri Junod. In *E se Obama Fosse Africano? E Outras Interinvenções* (pp. 155-171). Lisboa: Caminho.

Couto, M. (2009b). Sonhar em casa. In *E se Obama Fosse Africano? E Outras Interinvenções* (pp. 65-71). Lisboa: Caminho.

Da Mata, R. (1981). *Relativizando*. Petrópolis: Vozes.

Ekwe-Ekwe, H. (2001). *African Literature in Defense of History: An Essay on Chinua Achebe*. Dakar: African Renaissance.

Fanon, F. (2008). *Pele Negra, Máscaras Brancas* (R. Da Silveira, Trad.). Salvador: EDUFBA. (Obra original publicada em 1952).

Fernandes, F. (2007). *O Negro no Mundo dos Brancos* (2ª. ed.). São Paulo: Global.

Fernandes, F. (2008). *A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Ensaio de Interpretação Sociológica*. (5ª ed.) São Paulo: Globo.

Freitag, B. (2002). *Cidade dos Homens*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Freyre, G. (2001). *Casa-grande & Senzala: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil – I* (45ª. Ed.). Rio de Janeiro: Record.

Hamilton, R. G. (1999). A literatura dos PALOP e a Teoria Pós-colonial. *Via Atlântica*, 3, pp. 13-22.

Holanda, S. B. (1978). Negros e Brancos. In: *Cobra de Vidro* (pp. 11-14) (2ª. ed.). São Paulo: Perspectiva.

Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil* (26ª. ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

Hountondji, P. J. (2010). Conhecimento de África, conhecimentos de afri-

canos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In Santos, B. S. & M. P. Meneses (Orgs). *Epistemologias do Sul* (pp. 131-145). São Paulo: Cortez.

Macamo, E. (2002). A constituição de uma sociologia das sociedades africanas. *Estudos Moçambicanos*, 19, pp. 5-26.

Macamo, E. (2009a). Entrevista com Elísio Salvado Macamo. *Estudos de Sociologia*, 5 (2), 15-34.

Macamo, E. (2009b). Relações entre o Brasil e a África: os desafios da produção dum conhecimento crítico. *Estudos de Sociologia*, 5 (2), 35-47.

Matusse, G. (1998). *A Construção da Imagem de Moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa*. Maputo: Livraria Universitária.

Mbembe, A. (2001). As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, 23 (1), 171-209.

Mendonça, F. (1999). Identidade(s) literária(s) e cânone: biografia e autobiografias. *Estudos Moçambicanos*, 16, pp. 105-117.

Moura, A. C., M. L. S. Braga & E. V. Soares. (2009). A Lei 10.639/03: da luta política à implementação. *Agenda Social*, 3 (2), 78-120.

Mutzenberg, R. & Soares, E. V. (2009). Democratização, sociedade civil e cultura política: aproximações entre o Brasil e a África lusófona. *Estudos de Sociologia*, 5 (2), 49-68.

Ngoenha, S. E. (1998). Identidade moçambicana: já e ainda não. In: Serra, C. *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização* (pp. 17-34). Maputo: Livraria Universitária.

Noa, F. (1999). Literatura colonial em Moçambique: o paradigma submerso. *Via Atlântica*, 3, pp. 59-68.

Okolo, M. S. C. (2007). *African literature as political philosophy*. Dakar: Codersia; London: Zed Books.

Ortiz, R. (1994). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.

Rosa, M. C. (2009). Espectros de Mamdani: desafios de uma sociologia da vida política rural na África do Sul contemporânea. *Estudos de Sociologia*, 5 (2), 69-91.

Santana, P. M. S. (2010). *Um ar de cinema em Ondjaki: interferências e interlocuções em prol de uma modernidade angolana*. Dissertação de Mestrado não publicada Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

Saúte, N. (1998). Identidades em Literatura (espaço público, literatura e identidade). In Serra, C. *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização* (pp. 79-97). Maputo: Livraria Universitária.

Soares, E., Braga, M.L.S. e Costa, D. V. A. (2004) "O dilema racial brasileiro": de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. *Sociedade e Cultura*, 5 (1), 35-52.

Sopa, A. (1998). Notas sobre a identidade. In Serra, C. *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização* (pp. 71-77). Maputo, Livraria Universitária.

Schwarcs, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras.

Tavares, A. P. (1999). Cinquenta anos de literatura Angola. *Via Atlântica*, 3, pp. 125-130.

Williams, R. (1979). *Marxismo e literatura* (W. Dutra, Trad.) Rio de Janeiro, Zahar. (Obra publicada originalmente em 1971).